

O mínimo da vergonha

Governo derruba salário mínimo de R\$ 275. Trabalhador terá de sobreviver com R\$ 260 mensais



O presidente interino da Força distribui panfletos a favor do mínimo de R\$ 275 para os deputados na Câmara



Decepção: foram 272 votos a favor do mínimo de R\$ 260 e 172 votos contra

Uma decisão contra a distribuição de renda. O substitutivo que elevava o salário mínimo para R\$ 275 foi derrotado na Câmara no último dia 23 de junho, quando houve a votação. Com 272 votos a favor do mínimo de R\$ 260, 172 contra e quatro abstenções, o governo recusou a proposta da oposição e aprovou o valor previsto originalmente na medida provisória editada pelo governo federal.

Os deputados Luiz Antônio de Medeiros (PL) e Cláudio Magrão (PPS), que faziam parte da base aliada do governo, baseados na sensibilidade social, acabaram votando a favor do mínimo de R\$ 275. “Meu voto foi pelo Brasil”, disse Medeiros. “Mostrei que estou do lado de uma melhor distribuição de renda neste país”, conclui Magrão.

O presidente interino da Força Sindical, João Carlos Gonçalves (Juruna), e demais representantes da central, estiveram no Congresso Nacional para acompanhar de perto a votação. Os sindicalistas fizeram uma panfletagem entre os deputados na defesa do mínimo de R\$ 275.

A Força Sindical preparou ainda vários painéis que mostram o resultado da votação, voto a voto, nas principais capitais brasileiras. A idéia é explicitar o nome do deputado que votou contra a população, ou seja, aqueles que defendiam a aprovação do mínimo de R\$ 260. Na Praça da Sé, centro da capital paulista, cerca de mil trabalhadores acompanharam a votação do salário mínimo. A reação de todos era de revolta e indignação.

“Ao pressionar pela manutenção dos R\$ 260, o governo federal contribuiu para retardar ainda mais nossa recuperação econômica”, afirma Juruna.

Pág. 03 Luta por reajuste e redução da jornada

Pág. 03 Juruna assume a presidência da Força

Pág. 04 Comerciantes querem organização nacional



FILIADO À CIOSL-ORIT

FUNDADOR

Luiz Antonio de Medeiros

PRESIDENTE

João Carlos Gonçalves

DIRETORIA EXECUTIVA

Melquíades Araújo, Antonio S. Ramalho, Ramiro de Jesus Pinto, Eunice Cabral, Sérgio Butka, Paulo Fernandes Lucânia, Danilo Pereira da Silva, Francisco C. Lacerda, Nair J. Goulart, Carlos C. Lacerda, Antonio A. do Amaral, Osvaldo O. Mafra, Walter Fabro, Geraldo S. Silva, Marco A. M. Lima, Luiz de Oliveira Rodrigues, Roberto Ferreira, Francisco P. S. Filho, Valclécia J. Trindade, Ricardo Patah, Antônio Sérgio Farias, Rubens Romano, Herbet Passos, Esther S. Machado, John Fernandes, José Francisco Campos, Arnaldo Gonçalves, Antonio Gonçalves, Almir Munhoz, Antonio Silvan Oliveira, José Pereira dos Santos, Joaquim José da Silva, Cláudio Magrão de Camargo, Neusa Barbosa de Lima, Sandra Regina Alves, Mônica O. L. Veloso, José Francisco Simões, Adalberto Souza Galvão, Nelson da Silva e Abraão Lincoln da Cruz.

CONSULTORIA

Luiz Fernando Emediato

ASSESSORIA

João Pedro de Moura

ASSESSORIA DE IMPRENSA

EDITOR

Antônio Diniz

REDAÇÃO

Átila Cavalcante
Gleyson Santos
Ricardo Tiezzi

DIAGRAMAÇÃO E ARTE

S.T.A.R.T.

JORNAL DA FORÇA é uma publicação da central de trabalhadores **FORÇA SINDICAL**

Rua Galvão Bueno, 782 - 9º andar
01506-000 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (11) 3347-4000

Jornalista Responsável: Antônio Diniz. Diretor Responsável: João Carlos Gonçalves

www.fsindical.org.br

Editorial

União nacional por mudanças

O governo vai mal. Vai mal porque perdeu a capacidade de articulação política capaz de implementar as reformas – tributária, fiscal e da Previdência Social –, para o país ter um projeto de desenvolvimento econômico sustentável, que crie emprego, aumente a renda e faça a justiça social. O governo está paralisado. E abandonou seus compromissos de campanha de investir no social.

O presidente mantém a política econômica do governo passado, que trouxe a estabilidade inflacionária, porém a um custo muito alto: nos 10 anos de Plano Real, o número de trabalhadores desempregados subiu de 1 milhão para dois milhões de pessoas, enquanto

o rendimento real (descontada a taxa inflacionária) caiu 30%, informam o Dieese e a Fundação Seade.

Nós, da Força Sindical, continuamos comprometidos com o programa de mudanças na direção do crescimento econômico. Queremos emprego e aumento da renda. Isto só será alcançado com as reformas, inclusive a sindical, numa primeira etapa, e em seguida, com a trabalhista. A mudança na estrutura sindical é fundamental para que possamos ter um sindicalismo atuante e conseqüente na luta pelo desenvolvimento do país. Este novo sindicalismo é quem deve sentar à mesa com o governo e empresários para negociar as

João Carlos Juruna



presidente interino da Força Sindical

Dirce Pereira

novas normas trabalhistas.

O país precisa de mudanças urgentes na política econômica. Os trabalhadores precisam sair às ruas para exigir do governo investimentos sociais, recomposição salarial, mais postos de trabalho e jornada semanal de 40 horas sem redução dos salários. Para mudar alguma coisa no país, precisamos de união nacional, que inclua sindicatos progressistas, parlamentares e movimentos populares.

Artigo

Jovem vive situação difícil

O nosso jovem vive momentos difíceis. Tem pouco estudo e não consegue emprego. E, quando arruma uma vaga, geralmente é submetido a situações de risco. Por isso, muitos deles ingressam no crime. O desemprego na população de 15 a 24 anos na Região Metropolitana de São Paulo cresceu 72,1%, nos últimos oito anos. Em 1995, o número de desempregados somava 498 mil jovens contra 857 mil em 2003. A pesquisa é do Dieese e da Fundação Seade.

A situação é dramática. Ocorre que o país está há 25

anos sem crescimento econômico sustentável, o que acirrou o desemprego e a competição no mercado de trabalho. Hoje, um chefe de família não pensa duas vezes em aceitar um emprego que seria de um iniciante. Além disso, as empresas optam em contratar funcionários com experiência, por ser mais viável economicamente do que investir num iniciante.

Não bastasse o quadro dramático do desemprego entre a juventude, perto de 2,2 milhões de crianças e jovens, com idade entre 5 e 17 anos, trabalhavam, em 2001, em

Mônica Veloso



secretária da juventude da Força Sindical

Arquivo Força Sindical

ocupações consideradas perigosas. A pesquisa é da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Defendemos um projeto de desenvolvimento do país que gere crescimento econômico, emprego e renda, assim como investimentos pesados em educação para a inserção da juventude na sociedade brasileira.

Luta por aumento real

Os trabalhadores querem uma parte do lucros da indústria e comércio

Os sindicatos de trabalhadores ligados à Força Sindical, com data-base no segundo semestre, vão lutar por reposição e aumento real de salário. Com base em indicadores segundo os quais a economia começa a mostrar sinais de crescimento, metalúrgicos, comerciários, trabalhadores nas indústrias da alimentação, químicos e têxteis vão exigir que uma parte dos ganhos patronais seja repassada aos salários.

Redução semanal da jornada para 40 horas e PLR também estarão nas negociações. Os comerciários da Capital pretendem antecipar as negociações de dezembro para setembro, a fim de arrancar logo o aumento real para os 430 mil trabalhadores. Os metalúrgicos vão negociar a convenção coletiva em novembro, mês da data-base.

“A economia começou a melhorar em maio e esperamos que o crescimento continue”, explica o presidente do sindicato da categoria, Eleno José Bezerra. O presidente dos Trabalhadores da Alimentação do Estado de SP, Melquíades de Araújo, não vai abrir mão do aumento real. Em agosto e outubro, ele senta à mesa para fechar a convenção coletiva dos 150 mil trabalhadores. “Os empresários tiveram ganhos efetivos e nós queremos uma parte disso”, frisa o sindicalista.

Os 75 mil químicos da área da federação estadual terão como bandeiras de luta a redução da jornada e o aumento real, afirma o presidente da entidade, Danilo Pereira da Silva. “No nosso setor ainda não notamos sinais de retomada do crescimento”, frisa.

Redução da jornada também é a principal reivindicação dos 22 mil trabalhadores nas indústrias têxteis, informa o presidente do sindicato da categoria em Santos (SP), Sérgio Marques. “Além disso, ele quer aumento real, convênio médico decente para todos, cesta básica e PLR. “O crescimento do setor tem sido fantástico”, conta Marques.



Eleno: “A economia começou a melhorar”



Araújo: “Queremos uma parte dos ganhos”



Danilo: “Sem sinais de crescimento”



Marques: “Crescimento tem sido fantástico”

Maioria dos acordos repôs inflação do período

A organização dos trabalhadores, aliada a alguns sinais de reaquecimento da economia, mostram um cenário bem mais animador para o movimento sindical. No primeiro semestre do ano, grande parte dos acordos assinados com os patrões repôs integralmente as perdas provocadas pela inflação medida pelo INPC. Na base dos sindicatos da Força Sindical, nove das 14 convenções-coletivas possuem reajustes salariais iguais ou

superiores a inflação, o que representa evolução positiva de 64,3%.

As categorias que mais se destacaram são os trabalhadores da Federação dos Químicos de São Paulo, da Alimentação e Vigilantes de Guarulhos e construção pesada de São Paulo. Técnicos do Dieese dizem que este ano a tendência é positiva e lembram que a maioria dos acordos salariais firmados no primeiro semestre de 2003 ficou abaixo da inflação.

Trabalhadores vão criar secretariado

Os sindicatos terão mais poder para garantir os mesmos direitos a todos os trabalhadores

O início da caminhada para o reconhecimento dos trabalhadores do comércio como uma categoria organizada e disposta a lutar por seus direitos começa a ser dado com as negociações para a formação do Secretariado Nacional dos Comerciantes, que vai reunir cerca de 60 sindicatos representando 1,8 milhão de trabalhadores. A iniciativa é da central e dos sindicatos filiados, entre os quais o de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Recife. Objetivo: uniformizar direitos, unificar a data-base e ter mais poder de negociação, de pressão e de luta.

Segundo os sindicalistas, a prática tem demonstrado que há diferentes convenções coletivas, com trabalhadores tendo mais direitos do que os outros, dependendo em que cidade e Estado está a sede do sindicato. “Com o secretariado poderemos analisar as diversas convenções, acordos e pautas e uniformizá-las de forma a garantir os mesmos direitos para todos os trabalhadores da categoria no país”, explica o presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, Ricardo Patah.

Para os dirigentes, as necessidades dos trabalhadores do setor são as mesmas, especificamente as cláusulas sociais. As diferenças são as reivindicações de reajustes de salários em que os índices variam de Estado para Estado. “Com o secretariado vai ser possível analisar todas as convenções coletivas e determinar o que será reivindicado unitariamente. Os trabalhadores de Recife, do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul têm as mesmas necessidades sociais, diz o presidente do Sindicato dos Comerciantes de Recife, Severino Ramos de Santana.

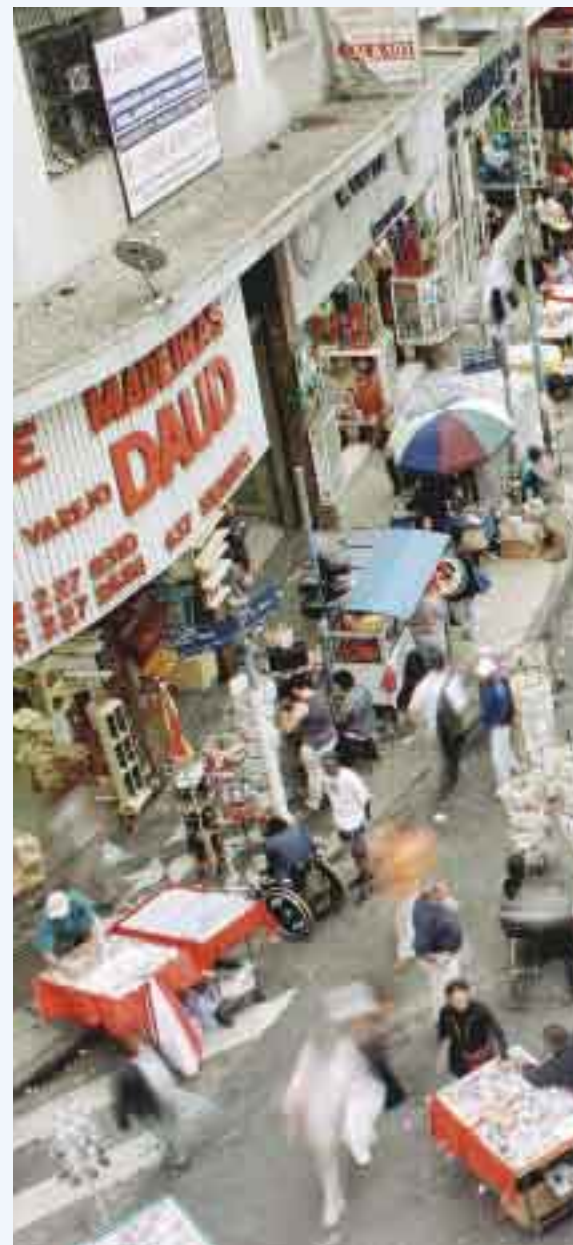
Além disso, grandes empresas do setor, como Carrefour, Wal-Mart e

Renner, têm filiais em inúmeros Estados, negociam com mais de um sindicato e firmam acordos diferentes. “O que uma empresa concede de bom para os comerciantes de uma cidade tem de, no mínimo, estender os mesmos benefícios sociais para os trabalhadores das outras cidades ou estados”, explica Ramos.

“Queremos nos fortalecer para garantir mais direitos”, completa o presidente do Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro, Luisant Mata Roma, acrescentando que a Força Sindical tem de criar secretariado para todas as categorias. “O que o metalúrgico entende de vendas no balcão, de reposição de mercadorias? Nada”, responde. Tanto ele como Ramos lembram que cada categoria tem as suas especificidades, e que serão discutidas no âmbito do secretariado.

Patah e o presidente do Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre, Nilton Souza da Silva, o Neco, acreditam que a formação do secretariado e a unificação da data-base também vão intensificar a luta dos trabalhadores. Os patrões de São Paulo não querem nem ouvir falar de unificação das negociações, pois eles não vêm com bons olhos os unidade dos trabalhadores. Já está praticamente certo que os comerciantes de São Paulo vão antecipar as negociações da data-base de dezembro para setembro.

A luta dos sindicatos dos comerciantes ligados à Força Sindical começa a dar bons resultados. Na capital de São Paulo, por exemplo, o sindicato realiza manifestações toda a semana em frente a lojas, supermercados e shoppings. A categoria de Porto Alegre também vem intensificando as mobilizações, especialmente depois da posse da nova diretoria. “Queremos tornar o sindicato mais forte do que já é”, promete Neco.



A rua 25 de Março, no coração da cidade de São Paulo,



Patah: “Vamos analisar todas as convenções”



Jaelcio Santana

recebe clientes do todo o país e tem lojas com representantes de todo o mundo

Na agenda, a inclusão social

Garantir emprego para os portadores de deficiências é a nova luta do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo. Dia 8 de julho, a entidade realiza um encontro para pedir aos empresários que dêem emprego aos deficientes.

Os trabalhadores também querem que os patrões respeitem a lei 8.213/91, que determina às empresas a reserva de 2% a 5% de vagas para os portadores de deficiências. Segundo o IBGE, o Brasil tem 24,5 milhões de deficientes e poucos conseguem emprego.

O Sindicato dos Comerciantes conseguiu firmar acordos com as Casas Bahia, lojas Colombo e Têxtil Abril estabelecendo cota de 20% para os afro-descendentes.



Dirce Pereira

Neco: "Queremos um sindicato mais forte"

Trabalho aos domingos ainda sem acordo

Ninguém gosta de trabalhar aos domingos. Nem os comerciantes. Mas como a realidade econômica do país impôs a nova prática, os sindicatos dos trabalhadores no comércio querem regras claras para a abertura das lojas, remuneração dos empregados, esquema de folgas e a redução da carga semanal de trabalho para 40 horas.

Segundo Ricardo Patah, no trabalho aos domingos os comerciantes não recebem horas extras, lanche e não sabem quando vão folgar. "Queremos uma legislação que nos garanta estes direitos", diz o dirigente. Mata Roma, do Rio de Janeiro, quer que os trabalhos aos domingos sejam remunerados e firmados por meio de acordos e convenções coletivas. "Hoje o comerciante tem uma carga semanal de trabalho que chega a 56 horas", conta ele.

Para Ramos, de Recife, a geração de empregos foi "muito acanhada". "Parece até que o governo tem um compromisso com o empresariado e se esquece das suas origens. Talvez por isso não haja mudanças na lei do trabalho aos domingos", especula Ramos.

"Sou a favor da abertura do comércio 24 horas por dia, com a criação de três turnos e os direitos garantidos", explica Patah. Os representantes dos comerciantes continuam negociando os domingos com os patrões e abriram uma nova frente de debates no Executivo, Legislativo e Judiciário.

Outra reivindicação da categoria é a redução da jornada semanal de trabalho. Citando dados do Dieese, Patah lembra que os comerciantes trabalham 51 horas por semana, sem ganhar horas extras. Mata Roma disse ter firmado acordos com empresas do Rio de Janeiro, com jornada semanal de 36 horas. A abertura do comércio aos domingos foi permitida por uma medida provisória de 1997, que se tornou lei três anos depois. "A falta de união entre os sindicatos de comerciantes foi fatal para a aprovação da lei", explica Ricardo Patah.

Congresso elege diretoria

Os delegados também vão debater os rumos políticos e aprovar o estatuto da entidade

Por pelo menos 1.400 delegados de todo o país vão participar do 2º Congresso Nacional do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, que será realizado nos dias 1º e 2 de julho, na Praia Grande, Baixada Santista. Eles vão debater o desempenho do sindicato desde a sua fundação, em 2000, e definir os rumos políticos da entidade para os próximos quatro anos.

Os delegados vão eleger a nova diretoria, aprovar o estatuto e discutir a conjuntura econômica e política do Brasil. Segundo o presidente do Sindnap, João Batista Inocentini, nunca os aposentados e pensionistas sofreram tanto com a política econômica

do governo federal praticada no país nos últimos 15 anos. “Na história recente não lembro de um período tão ruim para o povo brasileiro”, conta o presidente.

Em apenas quatro anos de atividades, o Sindnap tornou-se a maior entidade de trabalhadores da América Latina, reunindo em seu quadro associativo mais de 300 mil pessoas. “Vamos chegar a três milhões de sócios nos próximos quatro anos”, promete ele, ao destacar que o sindicato firmou convênio, que permite remédios com descontos de até 47% para os aposentados e pensionistas. A entidade também entrou com mais de 200 mil processos de revisão de aposentadorias e pensões na Justiça Federal.



Inocentini: “Teremos 3 milhões de filiados”

Gênero



Jacélio Santana

Em 10 horas de debates, as mulheres preparam um documento com reivindicações que será enviado à Conferência Nacional, em Brasília

Força faz I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres

As mulheres em defesa de seus interesses. Foi com essa filosofia que cerca de mil trabalhadoras lotaram o auditório principal do Palácio do Trabalhador, em São Paulo, na I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.

O encontro foi realizado por Força Sindical, Governo do Estado de São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina e demais organizações sindicais.

Entre os convidados, a secretária especial

de políticas para mulheres, Nilcéa Freire, a deputada Iara Bernardes, a ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, a secretária da Juventude da Força, Mônica Veloso, a secretária de políticas para as mulheres da Força, Neuza Barbosa, a vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, Elza Costa Pereira, entre outros.

O encontro elegeu delegadas para levar propostas à I Conferência Nacional de Mulheres, marcada para julho, em Brasília.

Filiação

500 mil trabalhadores em Edifícios se unem à Força Sindical

A Força Sindical recebeu no último dia 13 de junho a inscrição de 13 entidades sindicais, entre sindicatos e federações, da capital e do interior de São Paulo. Entre as principais filiações, o Sindicato dos Empregados de Edifícios de São Paulo e a Federação dos Edifícios de São Paulo.

Trabalhadores e sindicalistas convidados participaram da cerimônia em que foram assinadas as filiações, que aconteceu no Palácio do Trabalhador.

A adesão dos trabalhados em edifícios significa mais de 500 mil trabalhadores que se somam à Força Sindical. Hoje, a central tem cerca de 1.600 sindicatos filiados, com uma base superior a 16 milhões.

O presidente do Sindicato dos Empregados de Edifícios do Estado de São Paulo e presidente da Federação dos Edifícios, também do Estado de São Paulo, Paulo Ferrari, o Paulinho, acredita que a união de sua categoria à Força Sindical vai agregar mais poder de negociação para os trabalhadores. “É uma honra fazer parte da maior central do Brasil”, destaca.

Paulinho se afasta para eleição

Diretoria Executiva aprova Juruna como presidente interino

A Colônia de Férias do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo foi o cenário da reunião da Direção Executiva da Força Sindical, no último dia 18 de junho, na Praia Grande – litoral paulista.

Representantes sindicais de diversos Estados brasileiros se encontraram para discutir e avaliar questões de ordem política, econômica e social, como também sua organização interna. Durante um dia inteiro de reunião, os sindicalistas debateram ainda propostas para o novo modelo estrutural do sindicalismo brasileiro. Foi também nesse encontro, que os dirigentes da Força decidiram levar a praça pública os nomes dos deputados que votaram contra

o salário mínimo de R\$ 275.

O então presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, anunciou seu afastamento para priorizar sua participação nas próximas eleições municipais em São Paulo. Melquíades Araújo, vice-presidente da central, abriu mão do seu direito e propôs que João Carlos Gonçalves, o Juruna, assumisse a presidência. A aprovação foi unânime.

“Juruna vai dar continuidade à política adotada anteriormente. É um grande companheiro e já provou sua competência ao assumir a presidência da Força quando, pela primeira vez, disputei a vice-presidência da República nas últimas eleições”, disse Paulinho.



Paulinho apoiou a indicação do companheiro

Brizola

Morre o guerreiro e líder da campanha da “Legalidade”



Brizola garantiu a posse de Jango

Com a morte do governador e presidente de honra do PDT, Leonel Brizola, desapareceu um grande líder da política nacional que empolgou multidões durante a campanha da “Legalidade”, em 1961, que garantiu a posse de João Goulart na presidência, depois da renúncia de Jânio Quadros.

Mas, sobretudo, sai de cena e entra para a história um guerreiro, um velho lutador que não escolhia a causa e o lado quando se dispunha a lutar. Por suas idéias nacionalistas e por suas convicções políticas, brigou com todo mundo. Todos os políticos sentiram na carne o discurso afiado de Brizola. Sobrou para Jango, seu cunhado e aliado, e até Lula, seu companheiro de chapa para a presidência da República.

Pregava o fechamento do Congresso para realizar as reformas de base na “lei ou na marra”. Ao mesmo tempo, era um sujeito simples, educado e amável, que tinha orgulho de sua mãe e sofria com a morte do pai numa revolução ocorrida

quando ele ainda era pequeno.

Brizola (1922-2004) formou-se em engenharia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e logo ingressou no PTB de Getúlio Vargas. Foi eleito deputado estadual, prefeito de Porto Alegre e governador do Estado, em 1958. Durante o mandato de governador, de 1959 a 1962, criou 6.000 escolas, o que fez do Rio Grande do Sul um dos Estados de maior nível de alfabetização. Encampou as companhias de energia elétrica e telefonia, pertencentes até então a empresas norte-americanas.

O grande momento do líder foi a “Campanha da Legalidade, em 1961, mas que, infelizmente, só retardou o golpe militar de 1964. Brizola saiu do país e só retornou depois de 15 anos, com a publicação da Lei da Anistia. Ele morreu de infarto, no Rio de Janeiro, na noite do dia 21 de junho, e foi enterrado dia 24, em São Borja (RS), no mesmo cemitério onde estão Getúlio Vargas, João Goulart e sua mulher, Neuza Brizola.



O sepultamento foi em São Borja (RS)

Governo ajusta tabela

Redutor beneficia os trabalhadores que ganham menos

Não era o que o movimento sindical reivindicava, porém a mobilização das centrais e dos trabalhadores fez o governo federal rever a tabela do Imposto de Renda, estabelecendo um redutor de R\$ 100 que vai aliviar os contribuintes com faixas salariais mais baixas. Porém o benefício não será repassado de forma proporcional às faixas de renda mais altas.

“O redutor é bom porque vai beneficiar os trabalhadores que ganham menos”, avaliou o presidente da Força Sindical, João Carlos Gonçalves (Juruna), ao acrescentar que o benefício só foi alcançado porque houve uma grande mobilização do movimento sindical. Sindicatos ligados à Força Sindical, por exemplo, fizeram uma carreata até a sede do Ministério da Fazenda, em São Paulo, para entregar um pedido de ajuste do imposto.

Antes da aplicação do redutor, a tabela do Imposto de Renda acumulava uma defasagem de 55,3% de 1996 até março de 2004, de acordo com a variação do IPCA. Ao manter a tabela congelada em relação à inflação, o Governo aumenta a



A carreta da Força Sindical foi até o prédio do Ministério da Fazenda em São Paulo

arrecadação do IR.

O abatimento de R\$ 100 na base de cálculo do IR equivale a reajustar a tabela em 9,45% – apenas na faixa de isenção, pois esse percentual não foi aplicado de forma linear.

Assim, o ganho máximo do trabalhador, com renda líquida tributável de R\$ 2.115 ou mais, será de R\$ 27,50 por

mês ou R\$ 165 por ano. Já para quem ganha mais de R\$ 1.058 e até R\$ 1.158, o ganho será proporcional de centavos até R\$ 15.

De acordo com a proposta, as vantagens são menores para os trabalhadores que ganham acima de R\$ 2.316. Caso houvesse a aplicação de um mesmo percentual para todas as faixas da tabela, eles teriam um ganho um pouco maior.

Fórum Nacional do Trabalho



Butka: “Texto foi aprovado após intenso debate”

Reforma Sindical vai para o Congresso Nacional

A reforma sindical ganhou sua versão definitiva no Fórum Nacional do Trabalho. O texto final – aprovado democraticamente por meio de debates entre centrais sindicais, entidades patronais e o governo – traz mudanças importantes na estrutura sindical para fortalecer os trabalhadores.

A luta, agora, é para que o texto passe sem modificações pelo Congresso Nacional e seja sancionado da mesma forma pelo presidente da República.

Para o vice-presidente da Força Sindical,

Sérgio Butka, esta é a fase mais complicada. “As reformas tributária e da Previdência sofreram tantas idas e vindas nas votações, houve tanta concessão, que elas acabaram perdendo força”, diz.

“No caso da reforma sindical, não há mais nada para mudar”, garante Butka. Segundo ele, tudo já foi debatido diversas vezes no Fórum Nacional do Trabalho. O que está no texto original, afirma, foi elaborado por meio do diálogo com todas as partes envolvidas.